



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de janeiro de 2023, pelas 16:04 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;

Abriu a reunião o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS), passando a informar que teria lugar em Estocolmo, nos dias 2 e 3 de março, a Reunião Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa, que contaria com a participação de deputados de três Comissões parlamentares, nomeadamente a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, a Comissão de Defesa Nacional e a Comissão de Assuntos Europeus (CAE). No que se refere à CAE, e de acordo com o Método d'Hondt, a representação caberia aos Senhores Deputados Jorge Seguro Sanches (PS) e António Sales (PS).

2. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias;

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias, Deputado Ricardo Sousa (PSD), deu nota de que na listagem correspondente ao período entre 15 de dezembro 2022 e 11 de janeiro 2023, foram sinalizadas 21 iniciativas para conhecimento e 1 para escrutínio, seguindo-se a apresentação das seguintes propostas de deliberação:

Referência	Data Iniciativa	Título	Relator Comis. Competente
COM(2022)695	2022-12-19	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento de decisões e à aceitação de atos autênticos em matéria de filiação e à criação de um certificado europeu de filiação	Escrutínio à <u>1.ª CACDLG</u>

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

COM(2022)586	2022-12-15	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à homologação de veículos a motor e motores e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos, no que respeita às suas emissões e à durabilidade da bateria (Euro 7), e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 715/2007 e (CE) n.º 595/2009	Conhecimento à 11.ª CAENE e à 6.ª CEOPPH
COM(2022)718	2022-12-15	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação do Regulamento (UE) n.º 691/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às contas económicas europeias do ambiente	Conhecimento à 11.ª CAENE
COM(2022)719	2022-12-15	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as estatísticas compiladas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2150/2002 relativo às estatísticas de resíduos e à respetiva qualidade	Conhecimento à 11.ª CAENE
COM(2022)716	2022-12-16	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Um espaço cívico próspero para a defesa dos direitos fundamentais na UE Relatório anual de 2022 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE	Conhecimento à 1.ª CACDLG
COM(2022)724	2022-12-16	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a eficácia da implementação do número único europeu de emergência «112»	Conhecimento à 9.ª CS
COM(2022)800	2022-12-16	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre o Plano de Ação da UE para Combater o Tráfico de Bens Culturais	Conhecimento à 12.ª CCCDJ
COM(2022)639	2022-12-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório de 2022 sobre o cumprimento das metas em matéria de energias renováveis para 2020	Conhecimento à 11.ª CAENE
COM(2022)641	2022-12-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório de 2022 sobre a consecução das metas para 2020 em matéria de eficiência energética	Conhecimento à 11.ª CAENE
COM(2022)642	2022-12-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório de 2022 sobre os subsídios à energia na UE	Conhecimento à 11.ª CAENE

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

COM(2022)675	2022-12-19	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial Melhor saúde para todos num mundo em mudança	Conhecimento à 9.ª CS
COM(2022)708	2022-12-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Avaliação final do programa de investigação e desenvolvimento «Envelhecimento ativo, vida autónoma e assistida»	Conhecimento à 9.ª CS e à 10.ª CTSSI
COM(2022)709	2022-12-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a dimensão cultural do desenvolvimento sustentável nas ações da UE	Conhecimento à 12.ª CCCDJ
COM(2022)715	2022-12-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO QUINTO RELATÓRIO NO ÂMBITO DO MECANISMO DE SUSPENSÃO DE VISTOS	Conhecimento à 1.ª CACDLG
COM(2022)643	2022-12-20	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Progressos em matéria de competitividade das tecnologias de energia limpa	Conhecimento à 11.ª CAENE
COM(2022)673	2022-12-20	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Terceiro relatório sobre o Programa Ar Limpo	Conhecimento à 11.ª CAENE
COM(2022)674	2022-12-20	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Primeiro acompanhamento e prospetiva da poluição zero "Rumo a ar, água e solo mais limpos na Europa"	Conhecimento à 7.ª CAPes e à 11.ª CAENE
COM(2022)728	2022-12-20	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o reconhecimento de países terceiros para efeitos de equivalência no respeitante a produtos biológicos	Conhecimento à 7.ª CAPes
COM(2022)753	2022-12-22	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO apresentado em conformidade com o artigo 16.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2021/953 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um regime para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, teste e recuperação da COVID-19 (Certificado Digital COVID da UE), a fim de facilitar a livre circulação durante a pandemia de COVID-19	Conhecimento à 1.ª CACDLG e à 9.ª CS

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

COM(2023)3	2023-01-05	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Iniciativa para o Mediterrâneo Ocidental	Conhecimento à 2.ª CNECP
COM(2023)5	2023-01-06	RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre a avaliação das infrações e sanções aduaneiras nos Estados-Membros Código Aduaneiro da União	Conhecimento à 1.ª CACDLG e à 5.ª COF
COM(2023)1	2023-01-09	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Relatório técnico do JRC sobre a «Avaliação do potencial de eficiência energética na produção, no transporte e no armazenamento de eletricidade»	Conhecimento à 6.ª CEOPPH e à 11.ª CAENE
COM(2022)725	2022-12-15	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo entre a União Europeia e o Japão relativo a certos aspetos dos serviços aéreos	
COM(2022)726	2022-12-15	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo entre a União Europeia e o Japão relativo a certos aspetos dos serviços aéreos	
COM(2022)727	2022-12-15	Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que altera a Decisão de Execução 2013/676/UE no que respeita à prorrogação da autorização concedida à Roménia para continuar a aplicar uma medida especial em derrogação ao artigo 193.º da Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado	
COM(2022)746	2022-12-16	Proposta alterada de DECISÃO DO CONSELHO relativa à nomeação dos membros do comité de seleção previsto no artigo 14.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2017/1939	
COM(2022)723	2022-12-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a delegação de poderes para adotar atos delegados conferida à Comissão nos termos do Regulamento (UE) 2017/1369 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2017, que estabelece um regime de etiquetagem energética e que revoga a Diretiva 2010/30/UE	

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

COM(2022)733	2022-12-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação do Regulamento (UE) 2019/516 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de março de 2019, relativo à harmonização do Rendimento Nacional Bruto a preços de mercado, que revoga a Diretiva 89/130/CEE, Euratom do Conselho e o Regulamento (CE, Euratom) n.º 1287/2003 do Conselho («Regulamento RNB»)	
COM(2022)737	2022-12-19	Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que altera a Decisão de Execução (UE) (ST 10155/21; ST 10155/21 ADD 1) do Conselho relativa à aprovação da avaliação do plano de recuperação e resiliência do Luxemburgo	
COM(2023)2	2023-01-03	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, na sexagésima sexta sessão da Comissão dos Estupefacientes, sobre as substâncias a incluir nas listas da Convenção Única sobre os Estupefacientes de 1961, alterada pelo Protocolo de 1972, e da Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas de 1971	
COM(2023)4	2023-01-05	Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que altera a Decisão de Execução 2014/170/UE, que estabelece uma lista dos países terceiros não cooperantes no âmbito da luta contra a pesca INN, no respeitante aos Camarões	
COM(2023)6	2023-01-05	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre a posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Conselho de Associação UE-Ucrânia, relativamente à atualização do anexo XLIV do Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Ucrânia, por outro	
COM(2022)741	2023-01-05	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto do EEE, quanto à alteração do anexo XI (Comunicações eletrónicas, serviços audiovisuais e sociedade da informação) e do Protocolo n.º 37 (que contém a lista referida no artigo 101.º) do Acordo EEE (Segurança das redes e da informação - SRI)	

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

COM(2022)742	2023-01-05	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto do EEE, quanto à alteração do anexo XI (Comunicações eletrónicas, serviços audiovisuais e sociedade da informação) e do Protocolo n.º 37 (que contém a lista referida no artigo 101.º) do Acordo EEE (Regulamento Cibersegurança)	
COM(2022)743	2023-01-05	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto do EEE, sobre uma alteração do Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (Centro de Cibersegurança)	
COM(2022)739	2023-01-06	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto do EEE, sobre uma alteração do Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (Cedefop)	

Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do IL, PCP e BE.

3. Nomeação de Deputados autor de parecer no âmbito de iniciativas europeias:

a) [COM \(2022\) 689](#) - Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que estabelece as normas aplicáveis aos organismos de promoção da igualdade nos domínios da igualdade de tratamento entre as pessoas sem distinção da origem racial ou étnica, da igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de segurança social e no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, e que suprime o artigo 13.º da Diretiva 2000/43/CE e o artigo 12.º da Diretiva 2004/113/CE

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – 28/02/2023



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

O Grupo Parlamentar do PSD indicou a Senhora Deputada Isabel Meirelles como autora deste Parecer.

b) [COM \(2022\) 688](#) - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece as normas aplicáveis aos organismos de promoção da igualdade no que respeita à igualdade de tratamento e à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional, e que suprime o artigo 20.º da Diretiva 2006/54/CE e o artigo 11.º da Diretiva 2010/41/UE

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – 02/03/2023

O Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Rosário Gambôa como autora deste Parecer.

c) [COM \(2022\) 721](#) - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às taxas e aos emolumentos cobrados pela Agência Europeia de Medicamentos, que altera o Regulamento (UE) 2017/745 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 297/95 do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 658/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – Sem prazo

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Nuno Carvalho como autor deste Parecer.

4. Nomeação de Deputados Autores de Parecer, no âmbito de iniciativas legislativas:



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

a) [Projeto de Lei n.º 453/XV/1.ª \(IL\)](#) — Envio pelo Governo das tabelas de transposição de diretivas europeias à Assembleia da República;

Cabe ao PSD

O Grupo Parlamentar do PSD indicou a Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira como autora deste Parecer.

b) [Conta Geral do Estado \(CGE\) 2021](#)

Cabe ao PS

Prazo para envio: 01/02/2023

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Carlos Brás como autor deste Parecer.

5. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

[COM \(2022\) 591](#) - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece um quadro para acelerar a implantação das energias renováveis – Relatório da Comissão de Ambiente e Energia

Deputado Autor de Parecer: Bruno Dias (PCP)

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – sem prazo

O Senhor Presidente da Comissão deu nota de que, na presente data, a iniciativa em discussão já tinha sido adotada, devendo debater-se, conjuntamente com os relatores dos pareceres se, nestas circunstâncias, deverá ser dada continuidade ao escrutínio da proposta ou se, pelo contrário, o escrutínio deverá ser interrompido. Informou, ainda, o Senhor Presidente sobre o procedimento de escrutínio ao nível dos serviços, mencionando que o prazo para o apreciação do cumprimento do princípio da subsidiariedade é de 8 semanas e, habitualmente, o deputado autor do relatório na Comissão Parlamentar competente dispunha de cerca de duas a três semanas para elaborar o relatório, e o autor do parecer da CAE dispunha do mesmo período de tempo



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

para elaborar o parecer, sugerindo que, nos casos de um possível processo urgente, cuja urgência podia não estar refletida no texto da iniciativa, caberia aos relatores a decisão sobre a realização, ou não, do escrutínio.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que ressaltou que perante estas situações e nos casos em que se conclua pela observância dos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade, não se justifica iniciar um processo de escrutínio. Relativamente à proposta de regulamento em apreço, e enquanto autor do respetivo parecer, mencionou que uma vez que na sua perspetiva estava em causa uma violação dos princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade, deverá ser permitida a possibilidade de expressar opiniões políticas através do parecer, visto que a matéria assim o exige. Lembrou, ainda, que o diálogo político consubstancia uma prerrogativa dos Parlamentos nacionais.

Relativamente à apresentação do parecer, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) aludiu ao objetivo da iniciativa, nomeadamente o aceleração dos procedimentos de licenciamento da instalação de equipamentos para energias renováveis, e ao seu carácter provisório, sublinhando que, apesar das motivações elencadas na iniciativa, denota-se que é conferida primazia a esta matéria relativamente a outros bens jurídicos. Quanto às suas objeções, destacou que não está demonstrado o respeito pelos princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade, desde logo pela falta de realização da consulta às partes interessadas e da avaliação de impacto, e por não se ter atendido às individualidades, de cada Estado-Membro, relativamente aos padrões de consumo de energia bem como no que toca à segurança e aprovisionamento e ao impacto sobre os preços da energia, não estando, assim, garantido os benefícios deste instrumento a nível nacional. Concluiu mencionando que, do ponto de vista técnico, não deviam existir medidas genéricas que não tivessem em consideração as particularidades de cada Estado-Membro, não se tratando de uma crítica ao mérito da proposta, mas sim às suas consequências.

No debate que se seguiu, interveio o Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) que se referiu ao relatório da comissão parlamentar competente elaborado pelo grupo parlamentar do CH, o qual não levantou quaisquer questões de subsidiariedade ou proporcionalidade.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

Quanto à sua votação, mencionou que a mesma contou com a participação do grupo parlamentar do PCP, tendo sido aprovado por unanimidade. Concluiu mencionando que o parecer ora em apreço expressava, na sua maioria, a opinião pessoal do autor do parecer. O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) aludiu, ainda, ao facto de a matéria em análise estar relacionada com o início da guerra na Ucrânia e das respetivas consequências energéticas para a União Europeia, o que justifica o aceleração na implantação das energias renováveis. Deu nota de que o excedente de energia pode ser gasto e desperdiçado, ou armazenado, ainda que as formas de armazenamento não estavam totalmente desenvolvidas, pelo que era necessário recorrer a interligações. Mais afirmou que não estavam violados os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade pois o tratamento desta matéria devia ser realizado a nível europeu, a fim de concretizar o objetivo de uma Europa mais verde. O Senhor Deputado Jorge Seguro Sanches (PS) saudou o parecer, embora não concordasse com o teor do mesmo pois era favorável a uma política europeia de energia, sendo que a iniciativa em causa era um contributo para essa política, para além de favorecer as interligações, o que era benéfico para Portugal. Referiu que o país devia estar integrado nas políticas europeias, pelo que era necessário acelerar a concessão de licenças a nível nacional e ultrapassar as dificuldades nestas matérias. Concluiu que a iniciativa se aplicava durante um período limitado, podendo caber aos Parlamentos nacionais a realização de um acompanhamento mais próximo da aplicação/execução da proposta.

Em resposta, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) informou que o relatório da comissão parlamentar competente não foi votado por unanimidade. Sobre o desperdício de energia pela sua não utilização ou falta de armazenamento, referiu que poderia ser um problema potencializado pela proposta em análise uma vez que a mesma permitirá uma maior produção de energia, não garantindo a sua utilização ou armazenamento. Ressalvou que o seu grupo parlamentar não estava contra a implantação de energias renováveis, não concordando, no entanto, com as condições previstas na iniciativa. Era preciso ultrapassar as dificuldades de licenciamento existentes através do reforço das capacidades de análise técnica e de resposta atempada aos processos e projetos, bem como conhecer os impactos concretos da instalação a nível ambiental, saúde pública e de disponibilidade de rede. Concluiu referindo que as questões que se colocam nesta matéria, designadamente a segurança no aprovisionamento de energia, o controlo dos



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

preços de energia e a aposta em energias renováveis, não eram, do ponto de vista da proporcionalidade, devidamente concretizadas através desta iniciativa.

Submetida a votação, o parecer foi rejeitado, com o voto favor do grupo parlamentar do PCP, votos contra dos grupos parlamentares do PS e do PSD e ausência dos grupos parlamentares do CH, IL e BE.

6. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para a realização de uma visita de trabalho no âmbito do Programa de Atividades da CAE à Região Autónoma da Madeira;

O grupo parlamentar do PSD retirou o requerimento.

7. Discussão do [Projeto de Resolução 324/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias junto da Comissão Europeia para assegurar a intervenção do Fundo de Solidariedade da União Europeia com vista ao financiamento das medidas de resposta aos prejuízos causados pelas situações de cheia ocorridas no mês de dezembro de 2022;

O Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) que procedeu à apresentação da iniciativa, começando por recordar que a mesma respeitava às cheias ocorridas na área metropolitana de Lisboa (embora, desde então, já se tivesse verificado situações de cheias em outras regiões do país) as quais causaram a destruição de habitações, estabelecimentos comerciais, estradas, culturas agrícolas, redes ferroviárias e infraestruturas públicas, entre outras. De acordo com uma estimativa apresentada pelo Conselho de Ministros, o montante total dos prejuízos ascende, na região de Lisboa, a cerca de 292 milhões de euros, a que se somam os danos causados nas habitações. Deste modo, era preciso avaliar a possibilidade de recorrer ao Fundo de Solidariedade da União Europeia, um mecanismo que poderia conceder um financiamento adicional à resposta pública às cheias e suas consequências, sobretudo no que respeita ao realojamento das vítimas e reabilitação de casas. Mencionou ainda que o presente Fundo foi criado para apoiar prejuízos causados por cheias e inundações, tal como aconteceu na Europa Central e, mais



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

recentemente, na Letónia e na Lituânia em 2017, e na Itália, Bulgária e Roménia em 2018. Referiu que o recurso ao apoio exige a comprovação dos prejuízos, no prazo de 12 semanas, pelo que, ainda que esse valor não estivesse totalmente apurado na região de Lisboa, a presente iniciativa propõe que a Assembleia da República se manifeste favoravelmente no sentido de o Governo proceder à ativação do Fundo de Solidariedade junto da Comissão Europeia, se os valores globais dos prejuízos o justificassem. Sublinhou que o objetivo não era limitar a ação do Governo, mas sim dar suporte político a quaisquer diligências que venham a ser promovidas.

Na discussão que se seguiu intervieram os Senhores Deputados João Paulo Rebelo (PS), Catarina Rocha Ferreira (PSD), Edite Estrela (PS) e Bruno Dias (PCP) que referiram o carácter solidário da iniciativa e a sua pertinência, ainda que extemporânea, destacando a dificuldade associada à quantificação dos prejuízos causados pelas situações de cheia ocorridas e, conseqüentemente, os constrangimentos relacionados com cumprimento dos critérios que permitem a candidatura de Portugal ao Fundo de Solidariedade da União Europeia. Sobre o montante dos prejuízos, foi ainda questionada a fonte de informação sobre a quantificação em 292 milhões de euros, visto que este valor se tratava de uma estimativa. No que respeitava aos critérios de candidatura, foi ressaltada a referência, no texto do Regulamento, à disponibilização das informações disponíveis sobre o total dos prejuízos causados «Logo que possível, e no prazo máximo de doze semanas a contar da ocorrência dos primeiros prejuízos ...», pelo que tal poderia não implicar a contabilização total dos prejuízos, no momento da apresentação da candidatura.

No uso da palavra, a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) afirmou ser fundamental que, estando reunidos os pressupostos, Portugal pondere a candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia, apresentando tal candidatura um carácter urgente uma vez que o prazo de 12 semanas estava a correr desde dezembro, e ressaltou que, caso assim não seja, seria necessário canalizar outros fundos para este efeito, deixando de prover necessidades de outros sectores da sociedade. Importava que a Assembleia da República se pronunciasse sobre esta temática, dando, através de uma resolução, um sinal de preocupação com as populações e com as tragédias que as atingiu.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

8. Outros assuntos;

O Senhor Presidente aludiu aos trabalhos futuros da Comissão de Assuntos Europeus, dando nota da realização da reunião ordinária da CAE no dia 24 de janeiro. Em seguida, informou que, no dia 25 de janeiro, pelas 10h00, teria lugar a Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares. Neste contexto, referiu que havia suscitado a questão relacionada com a sobreposição da realização de eventos ou iniciativas transversais à Assembleia da República o que contribuía para a diminuição da sua relevância, devendo haver uma gestão mais eficaz dos trabalhos parlamentares nestes dias. Em seguida, questionou os presentes sobre sugestões de temas que pudessem ser abordados, tendo a Senhora Deputado Isabel Meirelles (PSD) manifestado a sua concordância com o tema proposto pelo Senhor Presidente. O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) sugeriu que talvez pudesse ser feita uma reflexão sobre as competências da CAE e da Subcomissão para o Acompanhamento dos Fundos Europeus e do PRR, em matéria de fundos europeus, devendo ser promovida uma maior articulação entre as duas Comissões. O Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS) questionou sobre a alteração à grelha de tempos dedicada ao Debate em Plenário sobre os assuntos europeus, tendo o Senhor Presidente esclarecido que esta questão havia sido levantada no âmbito da revisão do Regimento da Assembleia da República. Mais informou que quaisquer outras sugestões poderiam ser apresentadas no prazo de 24 horas.

Seguidamente, o Senhor Presidente informou que a reunião ordinária da CAE de dia 31 de janeiro teria que ser adiada, em virtude da realização das jornadas parlamentares do grupo parlamentar do PCP, sugerindo que a mesma pudesse ter lugar no dia 1 de fevereiro, pelas 11 horas, o que mereceu a concordância dos presentes. Mais deu nota de que se verificava o mesmo constrangimento para a reunião ordinária da CAE do dia 7 de fevereiro, na qual seria realizada a audição regimental do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, uma vez que teriam lugar as jornadas parlamentares do grupo parlamentar do BE. Assim, sugeriu que a mesma pudesse realizar-se no dia 8 de fevereiro, pelas 10 horas. Interveio o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para sugerir que esta reunião pudesse ter lugar no dia 14 de fevereiro, atendendo a que grande parte das Comissões Parlamentares reuniriam no dia 8 de fevereiro, o que dificultava a presença dos Senhores Deputados. Neste sentido, a proposta de realização



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

da audição regimental no dia 14 de fevereiro, pelas 16 horas mereceu a concordância dos presentes.

Em seguida, o Senhor Presidente aludiu à realização de uma audição com o Comissário Europeu, Nicolas Schmit, no dia 16 de fevereiro, pelas 9h30, com uma grelha de tempos com cerca de 60 minutos, concedendo aos grupos parlamentares o prazo de 24 horas para se pronunciarem sobre a hora propostas, uma vez que neste dia também terão lugar as reuniões dos grupos parlamentares.

9. Apreciação e votação das atas n.º 33 de 13 de dezembro e n.º 34 de 20 de dezembro.

O Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação as atas n.º 33 de 13 de dezembro e n.º 34 de 20 de dezembro, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH e BE.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, disponível em: http://media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL1/COM/04_CAE/CAE_20230117.mp3

A reunião foi encerrada às 17:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 1 de fevereiro de 2023.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales (PS)
Edite Estrela (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Pedro Cegonho (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Rui Lage (PS)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
José Silvano (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Sérgio Marques (PSD)¹
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Bruno Nunes (CH)
Bernardo Blanco (IL)
Bruno Dias (PCP)
Patrícia Faro (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Susana Correia (PS)
João Moura (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Inês De Sousa Real (PAN)

¹ O Senhor Deputado Sérgio Marques (PSD) participou na presente reunião, tendo sido tornada pública a sua renúncia ao mandato de Deputado, na reunião plenária que decorreu no dia 18 de janeiro de 2023.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 37/XV/ 1.ª SL

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Mendes Da Silva (PS)

Miguel Santos (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Duarte Pacheco (PSD)